

Rui Mauro Marini : Democracia, Autogestão e Socialismo

Claudio Nascimento

Para dois fundadores da POLOP , Piragibe Castro Alves (mestre no CEDAC) e Paul Singer (mestre na SENAES).

“Um socialismo que não seja nem imitação nem copia” (Mariategui).

“Um socialismo original , democrático e libertário” (Marini).

Esse ensaio tem por objetivo principal resgatar na vasta obra de Ruy Mauro Marini o tema da autogestão.

Marini em obra marcante do final dos anos 60 (“Subdesarrollo y Revolución”. México, 1969), traçou ideias sobre “ a dialética do capitalismo no Brasil”. Trata-se de um estudo sobre a formação social brasileira e sua dialética da luta de classes.

Não abordamos diretamente estas ideias de Marini dos anos 60, sobre ‘a dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil’, pois Ele as manteve em suas análises posteriores . Mas, assimilando também estas ideias de Marini sobre o capitalismo no Brasil, podemos afirmar que, indiretamente , nosso ensaio serve também como pano de fundo para algumas **considerações sobre a Economia Solidária no Brasil**. O que fizemos , de modo breve e sucinto, na parte final do ensaio.

Nos últimos anos , muitas análises destacam alguns temas centrais na obra de Marini , como por exemplo, a obra coletiva organizada por Lafaiete Santos Neves , “Desenvolvimento e Dependência. Atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini”, publicada em 2012. O livro reúne vários ensaístas acadêmicos e trata de vários aspectos gerais da obra de Marini , e sobretudo, análises de diversos campos da sociedade brasileira e da América Latina, tais como, industrialização, desenvolvimento, Estado, tecnologia, desigualdade social , indústria automotiva, setor bancário.

A obra aborda também temas gerais , como Divisão internacional do trabalho, teoria da dependência, superexploração do trabalho. Na academia, algumas Teses buscam atualizar a ideia de ‘subimperialismo’ , ‘superexploração’.

Em um balanço da Teoria da Dependência, realizado por Adrián Valencia (2005), em especial na parte dedicada a Marini, "La embestida neoliberal y La respuesta de Marini" (p. 209), o autor define a "Arquitetura" da obra de Marini:

"Essa tarefa começou com a inovação de conceitos como 'superexploração do trabalho', (que é o eixo do pensamento de Marini); 'intercambio desigual', 'Estado de contra insurreição e subimperialismo', multidependência, burguesia integrada e Estado do quarto poder. **Sem esquecer importantes contribuições teóricas e políticas à teoria do Estado, a democracia e o socialismo**". Estes conceitos constituem a **arquitetura da dependência no pensamento marinista...**"(grifos nossos).

É exatamente esses últimos conceitos, que Adrián calama para não serem 'esquecidos', de que trata nosso presente ensaio. Nas análises da obra de Marini, com raras exceções, encontraremos temas como autogestão, cogestão, poder popular, tão presentes na última etapa da vida de Marini. São conceitos importantes na arquitetura marinista, pois como diz Adrián, "havia uma continuidade lógica e dialética nos escritos de Marini"(p.220).

Na obra de Marini, o tema da autogestão vem sempre associado a relação Estado x Sociedade Civil, na questão da democracia direta e da participação dos trabalhadores nas empresas. Marini tem muitos ensaios sobre o Estado e Democracia, tanto sobre o Brasil quanto sobre a América Latina.

Para cumprir esse objetivo vamos visitar vários momentos na longa trajetória de Marini, culminando com seus textos dos anos 1990, em que nosso tema toma uma dimensão estratégica em seu pensamento.

Marini é parte de uma 'constelação político-intelectual' das mais profundas do pensamento socialista brasileiro. Um campo de 'afinidades eletivas' cujo centro é a socialista Rosa Luxemburgo. Na origem desta 'constelação' encontra-se um grupo de militantes socialistas, que, com a ditadura militar, tomou rumos diversos, mas sempre no campo das esquerdas.

Partindo da formação da POLOP, no início dos anos 60, podemos identificar militantes do porte do próprio Marini, Michael Lowy, Piragibe Castro Alves, Moniz Bandeira, Paul Singer, os irmãos Eder e Emir Sader, Juarez de Brito, Carlos Alberto Soares, Theotônio dos Santos, Vania Bambirra e, por último, mas não menos fundamental, o automarxista Erich Sachs.

Moniz Bandeira, em entrevista recente (2013), abordou a fundação e a concepção da POLOP:

"A Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), que passou a publicar a revista, depois jornal, 'Política Operária', formou-se em janeiro de 1961 com a fusão da Juventude Socialista (Esquerda Socialista), com a Mocidade Trabalhista (de Minas Gerais),

com uma facção da Liga Socialista Independente (de São Paulo) e com alguns militantes da Juventude Comunista, dissolvida com a cisão de Agildo Barata, após a denuncia dos crimes de Stalin, feita por Nikita Krushev, no XX COngresso do PCUS, de 1956. A Polop não adotou o centralismo democrático, fundamento do leninismo, por considerar que a matriz do stalinismo, como Rosa Luxemburgo apontou, era a fonte de uma 'ditadura, certamente, mas não uma ditadura do proletariado, e sim uma ditadura de um punhado de políticos, isto é, ditadura no sentido burguês, no sentido da dominação jacobina", e poderia vir a acarretar o asselvajamento da vida pública: atentados, fuzilamento de reféns, etc".

Moniz destaca os principais nomes da Organização: "Erich Sachs e eu, com o apoio de Aluizio Leite Filho e Piragibe de Castro, no meio estudantil, foram os articuladores; no Congresso de Jundiaí, participaram da fundação Paul Singer, Michael Lowy, Theotonio dos Santos, Vania Bambilra, Ruy Mauri Marini, Juarez Guimaraes Brito, Eder e Emir Sader, estes ainda bem jovens, com vinte e dezoito anos" ('Margem Esquerda'. n.22-2013)

Marini também integra outra constelação intelectual, esta formada a partir dos exílios devido as ditaduras instaladas nos anos 60-70 na América Latina.

Araci Amaral, certa feita, abordou o tema do "Exílio":

"para o Brasil surgiria, em função do exílio em vários países da América Latina de personalidades de nosso meio cultural e político, um intercâmbio que nunca antes ocorrera neste nível e com consequências que são ainda prematuras para uma avaliação. refiro-me aos brasileiros esclarecidos e ilustres que se radicaram no Peru, Chile, México, Argentina, a partir dos anos 60 (como Mario Pedrosa, Augusto Boal, Ferreira Gullar, Almino Afonso, Celso Furtado, Darci Ribeiro, Francisco Julião, entre tantos outros, em vivência enriquecedora, a meu ver, e que assinala o despertar para uma consciência latino-americana" ("Arte para que?". 1987)

Em seu depoimento sobre Marini, Ana E. Cecenã explica esse campo plural: "O Ambiente acadêmico criado no México a partir do fim da década de 1970 era bastante propício para ampliar visões e perspectivas. Com olhares de muitos lugares do continente, armava-se o quebra-cabeças da dominação, para pensar nas condições e possibilidades do que então se chamava correntemente de mudança social. Sergio Bagu, Theotonio dos Santos, René Zavaleta, Pedro Vaz, Vania Bambilra, Pedro Vuskovic, Agustín Cuevas, e alguns outros, junto com

Ruy Mauro Marini, Jose Luis Cecenã, Bolivar Echeverria, Pablo Gonzales Casanova, Carlos Pereira (o Tutti) e um conjunto de pesquisadores mexicanos formavam o que bem se pode chamar de a comunidade intelectual da época. O México era um aleph (primeira letra do alfabeto hebraico) do pensamento crítico latino-americano ("Meu querido Ruy").

Na Introdução ao livro "padrão de reprodução do Capital" (Boitempo-2012), os orgs. Traçam uma breve história da "Teoria Marxista da Dependência":

"Participando do ambiente que permitiu renovar o marxismo latinoamericano nos anos 1960 e 1970, a TMD foi erigida como tributária e continuadora do esforço autóctone para pensar as particularidades do capitalismo e a luta de classes no continente. Assim como **Mariategui** integrara os temas raça e classe no debate sobre as questões agrárias e indígena, com sua proposição para um socialismo indoamericano, e **Guevara**, colocara na ordem do dia o tema da revolução em nível continental, um grupo de intelectuais vinculados a organizações da esquerda revolucionária abriu o caminho para desvelar as leis próprias de funcionamento do capitalismo dependente latino-americano, enquanto modalidade **sui generis** da economia mundial, e pensar uma teoria que desse conta de explicá-lo. Seu legado teórico implicou a superação dos limites interpretativos próprios do desenvolvimentismo de inspiração cepalina e do monopolizado marxismo pela Terceira Internacional". (pg. 10)

O próprio Marini no texto "A década de 1970 revisitada" remarca que: "O México se transformou no centro desta elaboração crítica, seja porque tinha concentrado a massa de intelectuais exilados da região, seja porque, por sua infraestrutura acadêmica e cultural e pelo clima de liberdade que ali se respirava, erigiu-se como a Meca dos cientistas de todo o mundo que visitavam a América Latina" (1995).

O grupo da Polop, no período da Ditadura Militar, se dispersou. Uns foram para o exílio, outros foram presos, outros para vida acadêmica, dois foram assassinados*. No caso de Marini, foi preso no CENIMAR*, se exilou no Chile e México. No Chile de Allende, Marini participou ativamente da ação militante do MIR* chileno, inclusive sendo do Comitê central com função no campo internacional.

Antes de voltar ao Brasil com a Anistia em 1979, Marini se dedicou ao trabalho acadêmico em vários Centros de pesquisa, sobretudo na UNAM*, quando produziu obras que tiveram enorme divulgação em todo o continente.

Nessa constelação intelectual da POLOP, foram elaboradas as primeiras fundamentais análises revolucionárias sobre a Formação Social do Brasil, contrapondo-se principalmente a antiga concepção do PCB sobre existência do feudalismo no país.

Sem dúvidas, Caio Prado Jr, individualmente nos anos 60, e Mario Pedrosa na LC* nos anos 30, também elaboraram visões inovadoras nesse terreno.

As análises da POLOP influenciaram os vários grupos que lutaram contra o regime militar. Sobretudo, a definição do caráter da revolução brasileira, por seu conteúdo socialista e o descarte da chamada 'burguesia nacional' como grupo hegemônico na primeira etapa da revolução brasileira, a etapa democrático-burguesa.

Vigência da obra de Marini

Emir Sader em ensaio sobre Marini intitulado "A dialética da hegemonia pós-neoliberal" (2014), declara seu espanto frente a análises que retomam o conceito de 'subimperialismo' de Marini para aplicar em relação ao Governo Lula.

"quero referir-me um pouco sobre uma barbaridade que se tenta fazer com um aspecto da sua obra. Ruy caracterizou a política extrema da ditadura militar como um subimperialismo brasileiro no continente. (...) Ruy expôs com clareza os distintos aspectos desse fenômeno.

Transposições mecânicas e isoladas do fenômeno para América Latina contemporânea fizeram com que surgisse a absurda visão de que o Brasil hoje reproduziria o papel de subimperialismo.

Nada indignaria mais Ruy do que essas visões ultraesquerdistas que isolam um elemento da realidade e o deslocam para contextos históricos completamente diferentes". (Margem Esquerda-n. 23/pg.105)

Sem dúvidas, Marini recorrerá a observação de método do início de sua "Dialética da Dependência":

"Em suas análises da dependência latinoamericana, os pesquisadores marxistas incorrem, no geral, em dois tipos de desvios:

1= a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato, ou a adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde a aceitá-lo em sua formulação pura" (ERA. México/1974/pg.13)

Na verdade, nos próprios ensaios de Marini, como em "A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo" (Cuadernos Políticos. México/1977), há clara definição metodológica dialética do conceito:

"O subimperialismo brasileiro não é só a expressão de um fenômeno econômico. Resulta de modo amplo do processo da própria luta de classes no país e do projeto político, definido pela

equipe tecnocrático-militar que assume o poder em 1964, acrescentados das condições conjunturais na economia e na política mundiais."

Assim, Marini fala de uma totalidade articulada de fenômenos econômicos, político-militares em nível nacional e mundial. Para Marini, "As condições políticas se relacionam com a resposta do imperialismo ao passo da monopolaridade à integração hierarquizada, que já mencionamos, e mais especificamente sua reação frente a revolução cubana e ao processo de ascenso de massas registrado na América Latina na década passada; não vamos analisar agora estas questões. As condições econômicas se relacionam com a expansão do capitalismo mundial nos anos sessenta e sua particular expressão: o boom financeiro". (ibid)

Em outro ensaio de 1977, ("Estado e Crise no Brasil". ibid.), Marini detalha o "esquema de realização do subimperialismo" no quadro da Ditadura Militar do Brasil:

"O esquema de realização da ditadura militar e do grande capital para esta fase de desenvolvimento que caracterizamos como subimperialista, se baseou em três elementos fundamentais.

1) o primeiro deles (que, cronologicamente, é o último, já que só se configurou plenamente a partir de 1968, ao passo que os demais já eram visíveis no curso da crise de 1962-1967) é O CONSUMO Suntuário.

2) um segundo elemento na realização de mercadorias do modo subimperialista é a exportação e, em particular, EXPORTAÇÃO de MANUFATURAS.

3) o terceiro elemento do esquema de realização subimperialista, que é o que mais nos interessa agora, é o representado pelo ESTADO (a importância do gasto público na economia).

Marini destaca dois setores da ação do Estado na política econômica da ditadura militar: a indústria nuclear e a indústria bélica pesada, o complexo industrial-militar.

Virginia Fontes, em entrevista ao IH da Unisinos (maio 2010), tenta atualizar as condições do subimperialismo segundo Marini:

-IH: Estamos assistindo ao nascedouro do imperialismo brasileiro, no qual empresas brasileiras se voltam para explorar a força de trabalho em outros países?

VF= "Tenho analisado a questão por dois caminhos: um é o da história contemporânea, do desenvolvimento do capitalismo nos últimos 50 e 60 anos, e o outro são as características específicas da sociedade brasileira.

Então, começando pela história brasileira, desde os anos 60, Ruy Mauro Marini apontava as características de um subimperialismo brasileiro. Isso, em função da industrialização, razoavelmente complexa, já atingida pela economia brasileira, assim como pela relativa

autonomia do Estado em relação a cada fração capitalista, o que permitia uma atuação mais ampla e organizadora do conjunto dos capitais, e também pela superexploração do trabalhador e pela escassez de mercado interno.

O termo 'subimperialismo' tinha a ver com o fato do Brasil se expandir, exportando capitais. E, naquele momento, principalmente, sob a forma de emrcadoria. Houve uma exportação crescente de produtos manufaturados e industrializados para a América Latina. Considero que essa linha, aberta por Ruy Mauro Marini, é muito importante, mas acho que hoje precisamos averiguar se as condições são exatamente as mesmas.

Diria que há vários fatores importantes para se compreender no processo brasileiro contemporâneo. Atualmente, diferente da exportação de emrcadoria, os grandes capitais brasileiros estão se concentrando em uma proporção faraônica e passam a exportar capital sob a forma de investimento direto no estrangeiro, e a implantar empresas no exterior. E estes contam com o apoio de entidades públicas, como o BNDES e Banco do Brasil, por exemplo.

IHU: E qual a diferença dessa fase descrita por Marini para essa que está nascendo?

VF: "Ruy Mauro Marini tinha razão. A interconexão entre capitais de origem estrangeira e brasileiros só se aprofundou. Portanto, hoje é muito difícil distinguir entre um capital genuinamente brasileiro e um capital mesclado com capitais internacionais.

O primeiro ponto é de que, no contexto internacional, a expansão do capitalismo contemporâneo só pode ocorrer sob a forma de imperialismo. Porque o grau de concentração de capitais e de centralização exigido para que as burguesias brasileiras permaneçam capitalistas determina um saldo de exportação de capitais, no sentido de investimento direto no exterior e de extração de mais valor para além das fronteiras.

A segunda diferença, com relação a Marini, é que houve uma expansão do mercado interno, principalmente a partir dos anos 1970, não exatamente em função de melhorias salariais de redução da desigualdade. Ao contrário, as desigualdades se aprofundaram. Porém, expandiu-se absurdamente, o crédito para todas as formas de consumo, desde o consumo especulativo e produtivo ao imediato, das famílias. Outro ponto importante é uma análise mais ampla do conjunto do processo histórico. Acho que isso irá caracterizar os saltos de etapa da sociedade brasileira".

Em ensaio para antologia publicada em 2009 (Boitempo/PUC), Emir situa a "atualidade de Ruy Mauro Marini":

"A atualidade da obra de Ruy Mauro Marini se deu no marco do período hegemônico pelo capital financeiro, na sua modalidade de capital especulativo. A desnacionalização das burguesias nativas se deu por intermédio de sua financeirização, esta estreitamente vinculada aos compromissos internacionais dos governos, endividados no marco das políticas de ajuste do FMI. MAS O PRINCIPAL TEMA DE SUA OBRA (grifo nosso), que revela mais profundamente sua atualidade, É O DA SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO"(pg.32)

Emir destaca "alguns elementos de atualidade das análises de Ruy:

"Em suas análises originais, a dilatação da dependência reservava aos países da periferia a superexploração do trabalho como forma específica de extração do mais-valor para compensar as desvantagens tecnológicas com relação aos países do centro do sistema".(ibid/pg.104).

Sader aponta o elemento 'novo': "Mas a maior novidade veio do centro do sistema, especialmente da Europa, com a chegada massiva de trabalhadores imigrantes(...).Os milhares de trabalhadores imigrantes que chegaram a países como a Alemanha,a França,a Espanha,a Itália,a Suíça,a Bélgica,os Estados Unidos ou o Canadá,entre tantos outros, assumiram papel importante no mercado de trabalho, sofrendo as condições mais clássicas da superexploração analisada por Marini, além da discriminação e da exclusão dos direitos para seus familiares saírem a esses países ilegalmente"(ibid-pg 104)

Todavia, algumas pesquisas na área acadêmica retomaram o tema do subimperialismo brasileiro. Por exemplo, o trabalho de Carolina Borges de Andrade, "Subimperialismo Brasileiro na perspectiva da Integração da infraestrutura regional sulamericana", repõe a questão:

"A hegemonia brasileira no subcontinente sulamericano na primeira década do novo século reaviva o conceito de subimperialismo no campo acadêmico.O protagonismo brasileiro na condução da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura regional Sulamericana (IIRSA), lançada em 2000, em Brasília, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, na primeira reunião de cúpula dos chefes de Estados da América do Sul, recoloca o Brasil numa posição intermediária entre o centro e a periferia" 9p. 61).

Em 2009, a IIRSA foi substituída pelo COSIPLAN, órgão subordinado a UNASUL, criada em 2008. Para Carolina, "A iniciativa da IIRSA converge não apenas na direção de uma integração regional "para dentro", mas também "para fora", correspondendo a uma cooperação antagônica nos moldes da interpretação de Marini".(pg. 62)

Em relação à presença do Brasil no campo político na região, Carolina destaca que "a hegemonia brasileira se dá, em grande medida, na mediação de conflitos na região.A postura

brasileira é vista muitas vezes como solidaria pelos vizinhos. A revisão do acordo de Itaipu em 2010 e a não interferência nos assuntos internos da Bolívia quando o presidente Evo Morales nacionalizou as reservas de energia não-renováveis do País, em 2006 são exemplos disso. O Brasil ora é visto como nação “subimperialista” na região, ora é visto como nação “anti-imperialista” (pg.63). Carolina conclui pela ‘necessidade de aprofundarmos cada vez mais o debate acerca das consequências do subimperialismo brasileiro, para o país e para a América do Sul’ (pg. 64).

Em email que me enviou, Carolina Borges apresenta a posição do professor NILDO OURIQUES, estudioso da economia brasileira, que esteve em sua banca:

“O professor Nildo Ouriques que participou da minha banca defende que o subimperialismo brasileiro na IIRSA só foi possível devido à valorização das commodities, principalmente no final do primeiro mandato e início do segundo mandato do Governo Lula. Segundo Ele, isso teria permitido a política de Estado via BNDES que favoreceu o subimperialismo brasileiro, ou seja, para Ele, o ponto alto do subimperialismo brasileiro teria se dado precisamente nesse período, com ênfase para a condição “grau de monopolização do capital e do sistema financeiro”. Sem esse aspecto, o Brasil perderia sua característica subimperialista, mantendo apenas o posto de potência regional, que até o momento parece incontestável”.

Em outro email, Carolina define a cooperação do Brasil e EUA na IIRSA e de caráter antagônico: “A polarização em torno de interesses bolivarianos e liberais dentro da UNASUL me levou a optar pela confirmação da cooperação antagônica. Além disso, mesmo intermediando conflitos, o que atende também aos interesses dos Estados Unidos de ter uma nação-costura como o Brasil na América do Sul, o fato do Brasil defender e criar consensos em torno da criação de um Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e da Unasul, frente a OEA, me levou a reconhecer a cooperação antagônica.

Penso ainda que a cooperação antagônica se dá ainda na participação inicial do BID sem que isso tenha representado a atração dos financiamentos necessários à IIRSA, como pretendia o Brasil. Outro aspecto ainda da cooperação antagônica identificado no trabalho é que a IIRSA, ao integrar fisicamente o continente sul-americano, atende no sentido físico ao menos, tanto o regionalismo para dentro quanto o regionalismo para fora e levando em conta a crise mundial e a polarização entre bolivarianos e liberais dentro da UNASUL é difícil saber o rumo que a integração irá tomar, se subimperialista ou não”. (agosto 2015).

Sobre a obra "Dialética da dependência", Cecenã diz que "R.M.Marini se propôs compreender o capitalismo de todos os pontos de vista, com suas contradições e modalidades contrapostas e articuladas(...).Foi assim que, com a América Latina na carne e a partir de uma leitura cuidadosa e crítica das obras de Marx, Marini mergulhou nos mares da mais-valia e das estratégias multidimensionais de obtenção do lucro e produziu uma obra que, sem dúvidas, condensa as suas maiores contribuições"(ibid-pg.41).

E, define a ação operada por Marini: "É nesse esforço coletivo de construção de visões de mundo emancipatórias que o pensamento de Marini deve ser colocado.Nos anos 1960 e 1970, Ruy Mauro Marini realizou um SALTO EPISTEMOLÓGICO (grifo nosso) quando insistia em realizar uma leitura do capitalismo a partir da América Latina...".(ibid-pg 43)

Na última fase de sua vida, no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, "Marini estudou o sentido e o caráter da nova ordem emergente na América Latina e das lutas sociais e políticas dos trabalhadores na busca de afirmar e ampliar a sua participação nas novas democracias renovadas e continuar resistindo no embate contra o neoliberalismo.Esse é o contexto no qual se produzem as últimas contribuições de Ruy Mauro Marini" (L.F.O.Costilla.2009/pg.311).

Partindo de depoimento de Nelson Gutierrez Y., podemos destacar os estudos dos últimos anos de Marini:

"Em 1979,com a lei da anistia(...).Os temas de sua preocupação nessa época eram ,

-os processos de democratização na América Latina e, em particular, no Brasil e no Cone Sul;

-o movimento operário e a democracia;

-os limites das assembleias constituintes e das novas constituições;

-as relações, no caso do Brasil,entre o Estado, grupos econômicos e projetos políticos;

Gutierrez define o foco destes temas:

"A preocupação central era esclarecer o caráter de classe da luta democrática, para que esses processos não se limitassem à capacidade de iniciativa e determinação exclusiva das forças burguesas" (Exp.Popular-2006/pg.277)

Na área mundial,os temas de Marini são destacados por Gutierrez:

-a democracia e o socialismo; a Perestroika;a geopolítica latino-americana;o desenvolvimento do capitalismo mundial.(ibid-pg.278)

Muitas das ideias de Marini renascem na década de 2000 com a nova conjuntura surgida nos países da América Latina.Todavia, Marini já assinalava as novas possibilidades em estudos da década dos anos 1990, quando houve a abertura de um novo ciclo de lutas com a rebelião

ocorrida no México, em Chiapas, em janeiro de 1994. Marini faleceu quatro anos depois, em 1997, ainda jovem, com 65 anos de idade.

O caráter de classe da democracia

Um dos ensaios de maior vigência de Marini versa sobre a Luta pela Democracia, tema permanente da última etapa de sua obra.

Em ensaio de 1985, com esse título, Marini inicia afirmando: "Nunca, como hoje, a questão da democracia ocupou lugar tão destacado nas lutas políticas e sociais da América Latina e na reflexão que sobre elas se faz". (Pensamiento Crítico Latino-Americano, n.1-pg 10).

Nada tão atual nessa primeira década dos anos 2000, com as diversas experiências em curso em Nuestra América, Bolívia, Venezuela, Equador em um campo, e noutro campo Brasil, Argentina, Uruguai, Chile.

Marini traça as razões dessa vigência do debate sobre a democracia: "Isso se deve sem dúvidas, à dura experiência do período de autoritarismo e repressão de que a região recentemente emergiu. Mas se deve, também, a que a ideia da democracia, tal como se apresenta para nós, envolve conteúdos, agrega conceitos e indica significados que transcendem a sua definição habitual" (ibid)

Nada tão atual, nesse contexto de globalização e de processo político pactuado 'por cima', no caso do Brasil, no ciclo de 1988 (Constituinte) até estes primeiros meses do segundo mandato do Governo Dilma.

Nesse último período, a contribuição de R.M. Marini às ideias sobre a construção de um poder popular comunal-autogestionário assume papel muito importante com o novo ciclo de lutas iniciado com a rebelião neo-zapatista em Chiapas-México em janeiro de 1994.

Desde a rebelião neo-zapatista no México, Chiapas, janeiro 1994, que o novo ciclo de lutas sociais em Nuestra América, junto com os sucessivos governos de esquerda, questionam radicalmente as estratégias de revolução no Continente.

As décadas de 1990 e 2000 marcam a emergência de novas lutas sociais e novas estratégias via movimentos sociais e governos democráticos em Nuestra América.

Em um sentido gramsciano podemos marcar dois campos:

1= 'revoluções ativas de massa' (Bolívia, Venezuela, Equador),

2= 'revoluções passivas', de 'transformismos moleculares' (Brasil, Argentina, Chile, Uruguai).

Estas experiências políticas recolocaram em pauta a questão do socialismo.

É sintomático que Marini faça parte do grupo de 7 pessoas que formam a Comissão Consultiva da revista "Chiapas" fundada em 1995, 1 ano após a Rebelião indígena de Chiapas.

Na vasta obra de Rui M. Marini, podemos encontrar reflexões nesse sentido, e particularmente, em torno do conteúdo do socialismo :a autogestão.

O ex-dirigente do MIR chileno, N.Gutierrez Y, destaca a perda de muitos trabalhos de Marini do exílio chileno:"Entretanto, as principais produções teóricas de Ruy Mauro Marini, durante sua permanência no Chile e sua vinculação com a esquerda revolucionária entre 1969-1973, se perderam na fúria genocida e incendiária que teve lugar a partir do 11 de setembro.Trata-se das notas elaboradas para o curso Teoria da Mudança, que se referia na realidade à teoria da revolução".N. Gutierrez fala do conteúdo dessa obra de Marini:

"Eram estudos das revoluções burguesas e das quatro revoluções socialistas: soviética,chinesa, vietnamita e cubana.Também se aprofundava na reelaboração dos conceitos de revolução democrática e revolução socialista, buscando estabelecer novas relações entre elas; aprofundava-se na investigação de classe e aliança de classes, vanguarda e classe, luta de massas, ao mesmo tempo em que se reexaminavam as concepções e práticas da luta armada na recente experiência latino-americana"("Vida e Obra".Exp.Popular-2005/pg.208).

Sem dúvidas , estes temas voltaram nas reflexões de Marini nos anos 1980 e 1990.

Na apresentação ao livro com textos de Marini (Boitempo./PUC Rio.2005), é dito que o 'ressurgimento da problemática do socialismo" , exige uma 'reconstrução teórica" que, na obra de R.M.Marini, " a teoria da dependência elaborada nos anos 60 seria apenas o ponto de partida.Ela deveria ser transcendida no plano do marxismo , isto é, depurada de seus aspectos estrutural-funcionalistas e reorientada para a construção de um socialismo libertário e original. Esse socialismo deveria se distinguir pela sua capacidade de introduzir ELEMENTOS DA DEMOCRACIA DIRETA que permitissem O CONTROLE DO ESTADO PELA SOCIEDADE e por sua capacidade de democratizar os processos de gestão internacionais".(grifos nosso/p.12).

Marini em seu livro "América Latina: dependência e integração" (1992) define o socialismo como uma etapa superior de desenvolvimento , "**um socialismo original , democrático e libertário**".

Sem dúvidas, pelo conteúdo definido, o que o autor acima chama de 'socialismo libertário',é o tema da autogestão e do poder popular comunal.

Nessa perspectiva, retomamos ideia de M.Lowy (em ensaio conjunto com Samuel Gonzalez) : "Nos parece,à vista das experiências de luta social e política em nível mundial da última década,hoje mais que nunca é necessário e coerente o horizonte socialista para este século , pois,frente à crise de civilização,o socialismo

continua propondo e impulsionando a criação de um mundo sem opressão nem exploração, sem propriedade privada nem Estado. Isto indica a necessidade de seguir pensando a realidade de modo distinto: de seguir atuando de maneira crítica e radical, isto é, revolucionária.

A pergunta ,então , é que tipo de socialismo construir e sob quais bases históricas e teóricas, o que forma um desafio que supera a uma só corrente teórica, a uma só corrente política ou a um só autor. Por isso, é importante ressaltar a necessidade de consolidar um ambiente de diálogo permanente entre autores e correntes com a intensão de recriar nossos horizontes práticos e teóricos."

E, seguindo esse raciocínio, concluem M. Lowy-S. Conzalez:

"Com a intenção de impulsionar um socialismo revolucionário e libertário, vamos propor uma abordagem e um resgate crítico , desde uma perspectiva marxista, de três correntes teóricas e políticas que na atualidade gozam de um peso significativo para as lutas das classes subalternas em nível mundial: O ROMANTISMO REVOLUCIONÁRIO, O ANARQUISMO E O ECOSOCIALISMO. Tudo isso, com a intenção de tecer uma perspectiva criativa e dinâmica para o socialismo do século XXI" ('Ideias para o socialismo do século XXI'-2013/disponível em "marxismocritico.com')

Um elemento comum a estas três correntes político-teóricas é a perspectiva marteagueiana do socialismo: a socialização dos meios de produção ; a socialização de base do poder político e, uma nova racionalidade ética e cultural. Ou seja, o tema da autogestão comunal.

Nesta mesma perspectiva e refletindo a experiência em curso na revolução boliviana , o vice-presidente A.G. Linera a define como 'construção de um SOCIALISMO COMUNITÁRIO':

"O que estamos fazendo na Bolívia de maneira dificultosa, às vezes com retrocessos, mas sem dúvidas como horizonte de nossa ação política, é encontrar uma via democrática à construção de um SOCIALISMO DE RAÍZES INDÍGENAS, que chamamos SOCIALISMO COMUNITÁRIO" ('la Construcción del Estado'. Conferencia Magistral na Fuba"/9 abril 2010).

A Teoria da Democracia Autogestionária

Sem dúvidas, a rica experiência vivida por Marini no exílio chileno , na época do Governo Allende (1970-1973), foi fundamental na construção de sua visão da democracia. Essa participação teve seu aspecto mais profundo na militância de Rui no MIR chileno. Essa organização teve papel determinante na experiência chilena da autogestão, expressa sobretudo nos "Cordões Industriais dos Trabalhadores" , que aprofundou e ampliou a práxis

decorrente do projeto da Unidade Popular e da CUT chilena, da "Área de Propriedade Social". E, em termos de pensar uma estratégia de poder nacional, a ideia da "Assembleia Popular", como forma de 'duplo poder'.

A partir de relato EMIR SADER podemos ver que a elaboração de "A Dialética da Dependência" ocorreu quando Marini estava no exílio chileno em 1972, marcado por uma forte luta política de classes. Marini se afastou desse clima e foi para o México:

"Ele havia se ausentado por algumas semanas da fogueira da luta de classes para produzir a obra mais importante sobre o desenvolvimento histórico da América Latina" ('Margem esquerda'.n.23/pg 101).

Nas palavras de Emir:

"Era uma situação excessivamente *sui generis* - governo socialista por vias institucionais, em meio ao alastramento de ditaduras militares na região -, mas que servia para que Ruy pensasse os impasses e dilemas dos países latinoamericanos na década de 1970, quando se esgotava o ciclo econômico longo do capitalismo no pós-guerra."

A participação das massas, sobretudo dos trabalhadores, era uma das marcas principais da conjuntura chilena:

"Nos meses de agosto-setembro, numa tentativa de manter o ritmo da produção, os trabalhadores ocupavam as fábricas que os empresários fechavam, provocando conjunturas extremamente tensas nos enfrentamentos de classe. Daí surgiram os CORDÕES INDUSTRIAIS NOS BAIRROS OPERÁRIOS (grifo nosso), forma avançada de organização de base dos trabalhadores" (ibid-pg.101).

Essa conjuntura de construção dos órgãos de autogestão na base, também foi descrita por Mario Pedrosa (um outro luxemburguiano brasileiro, mas que não foi da Polop) então exilado no Chile:

"Foi essa a terceira ou quarta tentativa de virar a mesa feita pela direita, desde a tentativa de impedir a posse de Allende, pela ITT, e o assassinato do general Scheneider. Certamente novas tentativas virão, mas sobretudo na tentativa de impelir as Forças Armadas a uma intervenção maciça, coisa que para conseguir-se necessita tempo e mais tempo (...) O que caracteriza a situação política atual é o processo de crescente conscientização da classe trabalhadora. Isso começou a acentuar-se nas fábricas e nas usinas tomadas da área social. A coisa é de tal ordem que ameaça os próprios burocratas dos partidos. E tudo culminou com o ato público de 4 setembro. A classe sente que o que está em jogo é o seu governo, que esta é a sua hora. A

pressão é tal alta que os dirigentes do PC ses entem cada vez mais da classe, e menos do partido".

Mario prossegue, analisando a dinamica autogestionaria: "Tomar usinas , fabricas, bancos, terras,com jeito,interpretações e perigos se faz e se tem feito, com mais ou menos acidentes e choques".(Cartas do Chile).

Em relação a Marini ,sem duvidas, sua militância na POLOP teve também sua influencia, pois essa organização tinha em Rosa Luxemburgo uma referencia fundamental.

Será apos sua volta ao Brasil em 1979 , sobretudo na segunda metade dos anos 1980 e nos anos 1990 , que Marini aprofunda sua ideia da democracia com base na autogestão.

Deste modo ,Rui Mauro Marini , em ensaio de 1985 ,nos dizia que:

“É esta a razão pela qual, ante a privatização ou a simples estatização , o movimento popular – sem perder de viata que a propriedade pública lhe é sempre mais conveniente que a privada – está em condições de sustentar a proposta de uma aréa social regida pelo principio da autogestão e da subordinação dos instrumentos de regulação do Estado às organizações populares”.(La lucha por la democracia em América Latina”.1985).

Em 1986, entravamos na conjuntura de luta pela Cosntituente, após as grandes mobilizações pelas Diretas Já, em 1984.

Um momento fundamental para Marini foi o da Constituinte no Brasil.Nesse sentido,dois textos são importantes na obra de Marini:

1)"Possibilidades e limites da Assembléia Constituinte", em livro organizado por seu amigo Emir Sader,publicado em 1985 pela Brasiliense em pleno processo da luta constituinte.

Emir Sader define a 'idéia do livro":

“partiu da necessidade de fazer da Constituinte um processo de construção da nacionalidade como força democratica popular(...).Contribuir para transformar o processo constituinte num passo a mais, que ajude a construir a democracia brasileira à imagem do povo das diretas e não sob a forma de reduzidos pactos de elites"("Constituinte e Democracia no Brasil Hoje".1986-pgs 5 e 6).

Um dado interessante é que nesse livro há ensaios de 3 exs-Polop ; Marini,Emir e Teothonio dos Santos.

2)"A Constituição de 1988".Nos Arquivos dos escritos de Marini, com o titulo "inédito" acha-se um ensaio em que ,Marini fez uma profunda analise da Constituição de 1988, tendo como centro o tema da democracia:

No geral,uma premissa marca a obra de Marini nessa época:

Lucio Costilla afirma que "Marini se mostrava otimista em relação ao fato de que , na America Latina, existisse um novo movimento de massas pela democracia, portador de um enraizamento local e de uma dimensão social que lhe daria condições de força na luta social que antes não tinha:

"De fato, se é certo que o modo como se desenvolveu o movimento popular se constitui em obstáculo para sua plena afirmação política, PROPORCIONA-LHE PORÉM AS PREMISSAS PARA UMA ESTRATEGIA DE LUTA PELO PODER E PARA UM PROJETO NOVO DE SOCIEDADE"-grifo nosso-(Marini-"América latina :dependencia e integração,1992).

São estas PREMISAS do novo movimento popular de massas que Marini destaca em suas obras, com eixo central na Estratégia de Poder a partir da democracia popular.

Em seu ensaio L. Costilla chega a afirmar que , "Ruy Mauro Marini chegou mesmo a defender a tese de enfraquecer o Estado, retirar dele força econômica e política, sempre que isso implicasse transferir atribuições e riqueza ao povo e não à burguesia. E, para tanto, propunha a criação de uma área social regida pelo princípio da autogestão e subordinação dos instrumentos estatais de regulação às organizações populares"(ibid-pg. 314).

Pensamos que Costilla se engana nesse comentário. Marini não propunha 'enfraquecer o Estado', mas tudo ao contrário, um tipo de 'fenecimento do Estado ' em benefício de um possível "Sistema Comunal" , como veremos adiante na perspectiva marcada por Istvan Meszáros.

"A CONSTITUIÇÃO de 1988"

Passemos ,então, aos 2 textos sobre o processo Constituinte no Brasil, e como Marini aborda varios temas:

democracia direta, autogestão social, poder local municipal, acumulo de forças, socialismo e também um dos seus campos de atuação, o da formação política de quadros dirigentes.

Os textos de Emir e Dos Santos definem o quadro histórico da Constituinte. Ambos mostram profundas afinidades com a defesa de Marini da Área Social baseada na Autogestão. Sem dúvidas, uma das marcas da POLOP , na linha luxemburgista , ainda atualmente presente em Paul Singer com a economia solidária e, nos últimos anos, na vasta obra de M. Lowy. Emir Sader mostra como no processo da transição da ditadura militar, houve uma cisão entre a 'questão democrática e a questão nacional e popular'. "O processo de crise da ditadura militar foi gerando, ao mesmo tempo, a força social e política que pode transformar o

cenário histórico brasileiro, criando uma nova força hegemônica, democrática e anticapitalista, popular e nacional, combinando a homogeneidade do proletariado com a amplitude dos setores populares mobilizados na luta antiditatorial e pela defesa do nível de vida do povo." (pg. 145 e 146)

Já T. dos Santos, define essa nova força, "forma-se uma corrente de conteúdo popular, ainda mal organizada e dispersa em vários partidos, com uma vanguarda pouco experiente, mas que reflete bem ou mal as aspirações da grande maioria da nação". (page 165 e 167)

Segundo T. dos Santos, "A Constituinte deverá ser um reflexo da correlação de forças nascidas do movimento popular iniciado com a campanha eleitoral de 1974, radicalizando com as greves operárias de 1976-1978, ampliado com a campanha pela anistia, as eleições de 1982 e a campanha pelas eleições diretas-já" (pg. 164)

Sobre o tema "Empresa Pública", Theotonio defende que "O movimento popular, além de defender a empresa pública como núcleo estratégico da economia, deve reivindicar o **reconhecimento constitucional das formas de empresas sociais como as cooperativas, as empresas de autogestão e comunitárias e a empresa familiar**". [(grifo nosso) pg. 167]

Sem dúvidas, uma proposta estratégica bem atual para Economia Solidária no contexto de uma Constituinte exclusiva.

Emir Sader, no final do seu ensaio, caminha nessa mesma pisada: "Somente a **gestão de órgãos populares e democráticos de controle do exercício do poder**, que assumam gradualmente responsabilidades na direção da sociedade pode alterar as relações de poder no país e permitir com que tenhamos não apenas uma Constituição, mas um Brasil democrático, popular e nacional" (pg. 146).

Outro socialista do "filão Rosa Luxemburgo", que também se exilou no Chile, traçava suas expectativas sobre o Brasil e a Constituinte:

Mario Pedrosa, experiente militante socialista e fundador do PT, em diversos ensaios dos anos 1980, explicitava sua Utopia Constituinte:

"O Brasil, voltado para si mesmo, para empreender a sua revolução moral, política e tecnológica, não se confinará a imitar como até este momento, as técnicas e ideias do capitalismo internacional. A revolução que deverá ser a bandeira do PT não se limita aos velhos moldes do capitalismo das nossas classes dirigentes. Ela irá às diversas regiões do Brasil desprezadas e sufocadas pelo poder central de Brasília, que trata desigualmente em estados da Federação, e as chamará para constituírem-se em assembleias soberanas que levarão em

seu tempo, a uma Constituinte verdadeiramente nacional , seus cadernos de reivindicações(...).("O Futuro do Povo" .in:"Sobre o PT" .1980).

E , em "A Missão do PT" , retoma e completa a fala anterior:

"O que se passa na realidade é que nos encontramos em face de um impasse burocrático total do Brasil.O quadro estrutural do estado brasileiro não pode sobreviver; tem que ser alterado de alto a baixo para que a nova federação reviva.E é desse impasse que temo que recomeçar" Palavras tão atuais neste final de primeira década dos anos 2000.

Segue Mario em sua pisada: "E eis porque todas essas palavras de ordem de Assembleia Constituinte, com João ou sem João (Figueiredo), nem funcionam nem estão na ordem do dia.De que se necessita é recomeçar por baixo , a partir realmente da vocação das regiões Ed ai sim iniciar um trabalho imenso de reconstrução da nação através de **assembleias constituintes regionais** que permitiriam ir ao encontro das necessidades fundamentais do povo que habita essas regiões.Ir porém à busca da vocação das regiões não significa projetos grandiosos do Brasil potencia, mas significa dar procedência aos povos que habitam essas regiões malfadadas para que eles entrem afinal na vida social e publica do Brasil".(ibid)

Na perspectiva de Pedrosa , essas Asembléias Constituintes regionais poderiam desembocar " num formidável coroamento " em uma Assembléia Nacional Constituinte.

Em seu ensaio acima citado, L.Costilla já advertia sobre esse momento e a conjuntura que prefigurava:

"No entanto, em vista da transformação do capitalismo mundial e das políticas da globalização, Marini estava consciente da precariedade das alternativas da esquerda.Mais ainda, ele falava já de um 'vazio teórico e ideológico' e da ausência de uma estratégia adequada para fazer frente a essa problemática.[A teoria social latino-americana,1994/ibid-pg.314]

Marini , nos dois textos sobre a Constituinte-Constituição,abordará estas questões.

No primeiro texto,o de 1985,Marini analisa "as possibilidades e os limites".

No segundo texto, de 1988 , Marini analisa o resultado da Constituinte congressual.

Sigamos o pensamento de Marini no primeiro ensaio.

Contudo ,ainda em 1985 ,antecipou sua visão da transição no Brasil.

Dois pontos são fundamentais em sua análise:

- 1) Os processos de democratização em curso na América Latina são levados a cabo sob a hegemonia burguesa e ameaçam frustrar o principal protagonista dos movimentos democráticos que os tornaram possíveis: o povo” (1985.pg.24);
- 2) “Quanto ao movimento popular, sua atitude é de desconfiança, começando, porém, a evoluir da defesa pura e simples da propriedade estatal à busca de novas formas de propriedade social, ligadas à cooperação, à cogestão e à autogestão”.(ibid-pg.22)

Complementa esses dois pontos com caracterizações notáveis da dialética do ‘processo de revolução passiva’:

- 1) “a elevação do grau de organização e combatividade das massas, particularmente notável desde fins dos anos 1970, não foi suficiente para neutralizar a ofensiva ideológica e política da burguesia”(ibid-pg.25)
- 2) “a burguesia assumiu as aspirações populares e as devolveu, diluindo-as, deformando-as, para oferecer reformas liberais ali onde começavam a colocar-se exigências de participação, democracia e socialismo”(ibid-pg.25)

Enfim, o “Projeto Burgues” postula “a reconstrução da democracia parlamentar e a edificação de um Estado neoliberal”(ibid-pgs 21 e 22).

Sobre as razões da Constituinte, Marini analisando a história política do Brasil, em uma linha próxima a Mario Pedrosa afirma que “O país precisa de uma Constituição devido ao fato de ter vivido 21 anos desprovido de uma”. No entanto, ‘alguns elos principais’ precisam ser resolvidos, alguns por exemplo: a proibição de votação aos analfabetos e soldados; o sistema partidário; algumas questões por exemplo: a propaganda eleitoral, através do rádio e da televisão; o desmantelamento do aparelho repressivo.

Para Marini só depois de satisfeitas essas condições, isto é, de “romper-se os elos duros da corrente que aprisiona a capacidade das massas para fazer-se representar”, pode-se então, seriamente colocar o problema de uma Assembléia Constituinte.

Outro ponto fundamental sem eu raciocínio: a Constituinte não pode coincidir com o Congresso. Envereda pelo que chama de “caminhos do utopismo”: Uma Assembleia Constituinte que mantivesse excessivamente os pés na terra e se limitasse a regulamentar o que já existe ficaria muito aquém do papel que deve desempenhar. Brotando da vida real, do húmus fecundo da economia e da luta de classes, o direito é algo mais que o reconhecimento dos fatos; ele é também a previsão do desejo...”.

Como Emir e Dos Santos, Marini reivindica a participação popular: “A Assembléia Constituinte deverá constituir-se na crista de uma vasta campanha popular, cujas amplitudes e profundidade foram já anunciadas pelas mobilizações de massas dos últimos anos”. Não se

pode duvidar da maturidade do povo brasileiro no sentido da construção de uma nova sociedade, diz Marini, e aponta para o exemplo de participação das massas na campanha em favor das eleições diretas, em 1984.

Para Marini a questão central no debate em torno da Constituinte era “o alcance e os limites da relação Estado x Sociedade civil”. Analisa as classes na sociedade e afirma que a resistência ao então dominante “Liberalismo grão burguês” assumirá caráter mais radical no campo popular.

Define a relação de forças presentes na sociedade: “As condições atuais da luta de classes tendem a afastar-se desses parâmetros (aqui, fala exercício maciço da violência da ditadura militar). Nem a burguesia parece capaz de manter sua unidade sob a hegemonia do grande capital, nem o campo popular encontra-se totalmente desorganizado, uma vez que o grau de desenvolvimento das organizações sociais é talvez o mais alto já registrado em nossa história” (pg.36)

Na questão Estado x Sociedade civil, “o ponto de vista dos trabalhadores não requer reduzir a ação do Estado na economia, como pretende o grande capital, mas em reforçá-la e estendê-la. Sob uma condição, porém:

A criação de mecanismos eficazes de fiscalização e controle das atividades econômicas do Estado por parte dos partidos e organizações populares” (pg 39).

Convém fazer aqui certas precisões: A passagem do Estado liberal ao Estado intervencionista deu-se assegurando o seu caráter de classe e garantindo, portanto, sua instrumentalização por parte da burguesia(...)O neo-liberalismo pretende hoje restaurar em certa medida a estrutura e o funcionamento do Estado burguês representativo clássico” (pg.40).

Mas, o campo popular não tem forças para implementar elementos da ‘plena democracia popular’, como ‘a revogação de mandatos’; seu objetivo é ampliar seu grau de organização e aumentar sua ingerência na formação e no controle da política do Estado, diz Marini.

Qual a perspectiva estratégica? Marini, sem dúvidas, refletindo a experiência do Chile em

relação a empresa pública, afirma:

“não é o transpasso das empresas públicas ao setor privado a palavra de ordem do movimento popular e nem mesmo a maior fiscalização do Congresso sobre elas. **É sua conversão em empresas autogestionárias** – o que assegura a presença ativa dos trabalhadores na elaboração e condução de suas políticas- **e a formação de conselhos setoriais**, como representação dos partidos e organizações sociais – o que permite a participação direta dos usuários em matéria de sugestões, controle e fiscalização das empresas” (pg.41).

Sem dúvidas, a experiência dos “Cordões Industriais” do Chile e do Poder local territorial, que estava subjacente a proposta da Assembléia Popular na região de Concepcion, base de atuação do MIR.

Marini diz que “essa fórmula tanto se aplica à Petrobrás como as universidades públicas”.

Outro tema de interesse dos trabalhadores é o da ‘regeneração da Federação’, que implica devolver autonomia e iniciativa aos municípios”. Para Marini, “É o município, com efeito, o nível mais favorável à ação das massas, quando mais não seja porque ali – dado o caráter minoritário da burguesia e sua dispersão no plano nacional – o peso do bloco popular e de seus eventuais aliados tende a ser esmagador. **A tal ponto que permitirá, em mais de um deles, passar da política de pressão e controle à política de poder, isto é, à conquista de prefeituras e câmaras municipais.**”(pg.41)

Lembremos que o ensaio é de 1985, quando o PT no campo popular só tinha ganho prefeituras em Diadema e Fortaleza. Em 1988, esse espectro seria ampliado para cidades como São Paulo, Santos, Porto Alegre, Vitória, Belém.

Marini ressalta que esse processo territorial e municipal, “não mudará o caráter de classe do Estado brasileiro, mas **será uma excelente escola de formação de quadros para a gestão do futuro Estado popular e um momento-chave na acumulação de forças para chegar a ele**”.

Nesse ponto, faz referências às lições dos órgãos de poder popular da experiência chilena, e da revolução cubana e da Nicarágua sandinista.(ibid)

Marini parece espelhar-se em Rosa Luxemburgo quando afirmava que “As massas devem aprender a usar o poder usando o poder, não há outro modo; sua educação se faz quando elas passam à ação”.

No final do ensaio, Marini traça alguns elementos sobre o grau de organização e ação do campo popular naquela conjuntura:

“Nossa reflexão tem um pressuposto, apenas insinuando o que convém explicitar agora: o de que, junto a um notável desenvolvimento das organizações de massas, vivemos ainda um período de pobreza ideológica, política e, especialmente, partidária. Nestas circunstâncias, quem pretende avançar com a história terá que se apoiar no que nela é força dinâmica – o movimento de massas-(...)”[pg.42]

Para Marini, “a criação de uma corrente ideológica, política e partidária representativa das grandes massas não será, certamente, o ponto de partida da campanha Constituinte, mas poderá vir a ser o de chegada”.(ibid).

Só com o sucesso do processo constituinte, Marini vê a condição necessária do movimento popular “passar da política de pressão e controle à política de poder em todos os níveis”, isto é, a disputa de Hegemonia. E, assim, finaliza Marini: “Será, então, possível levantar com realismo a proposta do Brasil socialista”(pg.43).

Passemos agora, ao segundo ensaio de Marini, escrito já com a promulgação da Constituição de 1988. E, nesse sentido, é uma avaliação das possibilidades e limites que Marini traçou no primeiro ensaio, de 1985.

Marini marca três questões: “Liberalismo e autoritarismo”; “Liberalismo e democracia”; e, “Democracia e mobilização popular”. Esse último é o que mais vamos tratar.

Sobre o 1º ponto, **para Marini, a luta contra o regime militar, a partir das eleições de 1974, vencidas pela oposição burguesa**, ficou encerrada no binômio autoritarismo-democracia, que encobriu o caráter de classe dos combates travados contra a ditadura, e os reduziu a crítica abstrata do autoritarismo, legitimando a hegemonia burguesa baseada na democracia liberal no plano jurídico e institucional. As eleições de 1986, vencidas pelo PMDB, bloco opositor burguês no Governo desde 1985, significou a recomposição do bloco burguês-militar.

A Constituição de 1988 foi fruto natural desse processo; em sua origem, nasce da outorga ao Congresso nacional de poder constituinte. As “Emendas populares” foi um meio para compensar a falta de uma autêntica representação popular através dos “candidatos avulsos”.

Sobre o 2º ponto, apesar do liberalismo dominante na organização dos poderes do Estado, a Constituição “introduz na tradição constitucionalista brasileira um elemento inovador, ao “vincular à democracia direta e ao fortalecimento dos instrumentos de participação popular e vigilância cidadã”: plebiscito, referendo, iniciativa popular. Porém, lembra que “ **ela não contempla o recurso à democracia direta em matéria constitucional**”. Mas, a cidadania ganha uma arma de peso; a Constituição amplia notavelmente o âmbito da ação popular, diz Marini.

Para Marini, o Estado torna-se mais permeável à iniciativa popular, e “isso não tem precedentes na história constitucional do país”.

Esse fato tem sua origem no empenho popular na luta contra a ditadura: “As lutas sociais, nos últimos 10 anos, não têm paralelo na história moderna do Brasil e superaram certamente todos os auge de massas anteriores, em matéria de amplitude e grau de organização dos setores nelas envolvidos”. Essa visão é um leitmotiv em todo o texto.

Marini elenca os atores e lutas do campo popular: greves dos metalúrgicos, das diretas-já, mobilizações do Plano Cruzado, organização no campo, as classes médias assalariadas, ação da Igreja Católica, entidades profissionais e de classe, moradores, mulheres, negros, índios e

ecologistas,”até chegar ao imponente e complexo movimento de pressão sobre a Assembléia Constituinte, ao longo dos seus trabalhos”.

Todavia, o resultado do processo no campo da relação Estado x Sociedade civil, não foi fundamentalmente favorável a perspectiva do Poder Popular:

“A capacidade para influir diretamente na formulação e implementação das políticas públicas, através de mecanismos que assegurem a participação popular nos órgãos de tomada de decisões e nos sistemas de execução, é extremamente precária, como precária é também a sua possibilidade de fiscalização em matéria orçamentaria e financeira”.

Isso devido a que, em relação a participação popular, “ o Texto constitucional cuida de enquadrá-lo no sistema de relações internas do Estado, na melhor tradição corporativa, sem admitir pressão ou controle direto das organizações sociais sobre o aparelho estatal”.

O ponto mais grave diz respeito a Ordem econômica.”Após reiterar o direito à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, a Constituição praticamente lhes veda a possibilidade de participação na gestão, ao reservá-la para casos excepcionais, a serem definidos em lei. **Com isso, não é só o princípio da auto-gestão que está ausente da Constituição , mas também, em caráter geral, o da co-gestão”.**

Em síntese, Marini afirma que “prossegue com a subordinação dos mecanismos de democracia direta à iniciativa e/ou decisão final do próprio aparelho de Estado”; Culmina com o ‘caráter frouxo, limitativo e até proibitivo das disposições sobre a participação popular na gestão e controle da economia e dos órgãos do Estado”.

A influência da vertente democrática burguesa na Constituição de 1988, que representa sua maior novidade, não contraria em absoluto a sua essência liberal”.

Aqui, Marini vai ao terceiro e último ponto de sua análise, “Democracia e mobilização popular”.

Para Marini “É, porém, na questão democrática que reside o desafio principal para o Brasil , assim como para o mundo contemporâneo”.

Nesse sentido , Marini após fazer referência as distorções ocorridas após a revolução Soviética , sob o Estalinismo e que não foram corrigidas nos países do ‘socialismo real’, afirma que “Atualmente, as tendências reformistas no mundo socialista vão no sentido de, juntamente com a implantação plena da **autogestão na economia –condição sine qua non da ordem democrática-**, fortalecer o sistema representativo, mediante a flexibilização dos processos eleitorais, a liberação da formação da opinião pública e um crescente pluralismo de candidatos a postos eletivos. Estes elementos, inerentes à verdadeira democracia , tornam

possível pensar na regeneração da democracia socialista”.Sem duvidas, nesse ponto Marini pensa no processo da URSS , a Perestroyka,então em curso em 1988.

E,por fim, faz uma advertência no sentido de que a democracia supõe o reforço do sistema representativo, mas não implica a adoção de um sistema misto, que combine liberalismo e democracia, que são inconciliáveis como o mostrou a experiência do Chile dos anos 70 ,” que culminou com o choque aberto entre a iniciativa das massas, expressada nos órgãos do nascente poder popular, e a resistência do Estado liberal”.Sobre o caso da Nicaragua sandinista, Marini diz que esse sistema misto foi ensaiado, mas como um regime de transição,devido a correlação de forças imposta pelos Estados Unidos, e que não a impediu de também fracassar.

Nos anos seguintes , Marini em muitos ensaios retomará a questão da autogestão e da democracia direta.

Anos depois ,no Congresso da ALAS, Havana 1991,Marini retoma o tema:

“ A experiência dos povos da América latina nos tem ensinado que a concentração de poderes em mãos do Estado, quando este não é seu, apenas o reforça enquanto máquina de opressão da burguesia. Debilita-lo hoje, tirar-lhe força econômica e política interessa, pois, ao movimento popular, sempre que isso implique transferência de atribuições e riqueza não a burguesia, mas ao povo. Assim, o fim da política protecionista é visto com benevolência. Respeito às privatizações, o movimento popular –sem perder de vista que a propriedade pública sempre é mais permeável a suas demandas que a privada – se orienta até a proposta de uma área social regida pelo princípio da autogestão e da subordinação dos instrumentos estatais de regulação às organizações populares”.

No ensaio “Duas Notas para o socialismo”(1994), na parte sobre “socialismo e democracia” ,Marini põe que além de “analisar as causas da crise do socialismo na União Soviética e na Europa Oriental”, Marini aponta a tarefa:

“ Trata-se , sobretudo, de entender as novas formas de ação e os mecanismos de participação que as massas estão criando para intervir de modo mais ativo no plano de gestão empresarial e política.

O controle operário , a cogestão e a autogestão das empresas(grifos nossos) ; a luta eleitoral e a participação no Parlamento e nos governos locais; a participação e o controle popular sobre as política orçamentaria, educacional, de saúde, de transporte público (grifos nossos), junto à reivindicação de uma maior autonomia regional e local; a democratização dos meios de comunicação e o rechaço à censura; a crítica as desigualdades de base econômicas , étnica ou sexual: esses são alguns instrumentos que as massas estão utilizando, em todos os lados,

para defender seus interesses , elevar sua cultura politica e amadurecer seu espirito revolucionário”.

E no pleno espirito luxemburgiano , “ E´ por essa via que as massas estão se capacitando para – diferentemente do que ocorreu até o momento nas revoluções socialistas- assumir elas mesmas , a direção do processo de transição socialista .O que, no final das contas , é a única garantia segura de seu êxito”.(grifo nosso).{ expressão popular.2005-p.220)

E, em ensaio de 1994, intitulado “Economia y Democracia em America Latina”:

“Mais além da confusão que introduzem conceitos como o de democracia politica e democracia econômica, se faz necessário entender a democracia como uma forma de organização politica que atribui à cidadania o direito fundamental de dispor da economia(...) Para que isto se torne possível, as forças sociais terão que reivindicar a construção de um novo marco jurídico-institucional, que ponha em suas mãos o controle dos pilares básicos da economia. Para esse efeito, podem recorrer a uma ampla gama de instrumentos, que compreendem mecanismos de autogestão e cogestão da produção; a participação direta na formulação e implementação das politicas publicas referidas as suas necessidades imediatas: educação, saúde, moradia, transporte; a faculdade de decidir sobre as prioridades do gasto publico, e o direito a exercer amplamente a vigilância cidadã sobre o emprego dos recursos do Estado.

Uma mudança desta natureza não será possível se as massas não se dedicam a provoca-lo, mediante a luta politica cotidiana. Mas elas dificilmente poderão faze-lo , se seguimos servindo-lhes como alimento esse engano a que chamamos democracia representativa, cujo conteúdo principal é o de sacrificar a participação em beneficio da representação. O que se está se impondo a implementação de uma verdadeira democracia participativa, que afirme a direção e o controle das massas sobre o Estado de maneira direta e permanente”.

E, aqui , vemos claramente que a concepção de Marini é a da autogestão social e não apenas o controle operário da produção. Diz respeito ao Conjunto da Vida Social (educação. Saúde, transporte, moradia), defende um novo marco jurídico institucional e , o controle dos pilares básicos da economia”.E , o que é fundamental , vê a autogestão como processo , como estratégia de luta : “ as massas devem provoca-la mediante a luta politica COTIDIANA”.

Essa visão de Marini coincide com as idéias de Istvan Meszáros sobre o “ fenecimento do Estado”:

Meszaros reafirma em suas obras a atualidade e vitalidade do programa de Marx sobre “a transferência do controle do metabolismo social para os produtores associados “.

“Marx era explítico em sua defesa inflexível do fenecimento do Estado , com todos os seus

corolários. Somente a condução inexorável à realização de uma sociedade de 'igualdade substantiva' pode fornecer o 'conteúdo social' exigido ao conceito de 'democracia socialista'. Um conceito que não pode se definir apenas em termos políticos, porque deve ir 'além da própria política' tal como herdada do passado.

Assim, a 'igualdade substantiva' é também o princípio orientado fundamental da 'política de transição' em direção à ordem social alternativa. Quer seja explicitamente reconhecido ou não, a principal ação da política de transição é se colocar fora de ação pela transferência progressiva dos poderes de decisão aos 'produtores associados', capacitando-os, desse modo, a se tornarem 'produtores livremente associados'. ()

SOBRE A ECONOMIA SOLIDARIA NO BRASIL

A partir destas idéias sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil ,a partir da obra de Marini, vamos tecer algumas considerações em relação a Economia Solidaria no Brasil.

Premissas :

- o processo político brasileiro é caracterizado pelo conceito de 'revolução passiva' ,na acepção de Gramsci.

-no ciclo de superação do regime militar," forma-se uma corrente de conteúdo popular, ainda mal organizada e dispersa em vários partidos, com uma vanguarda pouco experiente, mas que reflete bem ou mal as aspirações da grande maioria da Nação" (T.dos Santos).

-“A Constituinte deverá ser um reflexo da correlação de forças nascidas do movimento popular iniciado com a campanha eleitoral de 1974, radicalizado com as greves operarias de 1976-1978,ampliado com a campanha pela Anistia, as eleições de 1982 e a campanha pelas eleições diretas-já”(idem).

- uma possibilidade seria “ a criação de mecanismos eficazes de fiscalização e controle das atividades econômicas do Estado por parte dos partidos e organizações populares”.

-outra possibilidade “é o município,com efeito,o nível mais favorável à ação das massas...A tal ponto que permitirá,em mais de um deles,passar da política de pressão e controle à política de poder, isto é, à conquista de prefeituras e camaras municipais”.

MAS:

-“a elevação do grau de organização e combatividade das massas, particularmente notavel desde o fim dos anos 70, não foi suficiente para neutralizar a ofensiva ideologica e politica da burguesia”.

-“ a burguesia assumiu as aspirações e as devolveu, diluindo-as, deformando-as, para oferecer reformas liberais ali onde começavam a colocar-se exigências de participação, democracia e socialismo”.

- o processo Constituinte terminou hegemônico e orientado na linha da democracia liberal e centrado no Parlamento; a classe dominante conseguiu absorver e fragmentar as demandas do campo popular;

-o campo popular, apesar das lutas e organização que conseguiu implementar, não teve força suficiente para alterar esse sentido da ‘revolução passiva’;

- os avanços contidos na Carta de 1988 foram muitos, mas no que diz respeito a questão Econômica , não tivemos a incorporação de instrumentos de participação popular ,tipo cogestão, autogestão, controle operário.

-deste modo, a Carta “não contempla o recurso `a democracia direta em matéria constitucional”;

-“com isso, não é só o princípio da autogestão que está ausente da Constituição, mas também, em caráter geral, o da cogestão”.

-“prosegue com a subordinação dos mecanismos de democracia direta à iniciativa e-ou decisão final do próprio Aparelho de Estado”;

-“culmina “com o caráter fraco , limitativo e até proibitivo das disposições sobre a participação popular na gestão e controle da economia e dos órgãos do Estado”.

Em 1995 ,no governo FHC, houve uma Reforma do Estado via Emenda constitucional 173, com as características de: mercantilização dos direitos sociais, retração do Estado de Direito, instrumentalização dos direitos pelo Mercado e retrocesso na construção democrática e no exercício da cidadania.

Estes conjunto de elementos nos levam a tecer algumas consequências sobre o Estado de Arte da economia solidária no Brasil:

- 1) As razões de porque não temos uma institucionalidade estatal sobre o trabalho associado-autogerido como elemento estruturante dos Mundos do Trabalho no Brasil, que permita a disputa entre formas de propriedade (privada, estatal, social-autogerida);
- 2) O porque do deficit de construção de uma política hegemônica em diversos níveis, de organização e lutas no campo da ecosol, das Redes solidárias, do FBES e EES, em nível de governo: CNES e SENAES;

- 3) E,assim, o caráter (ainda) corporativo-econômico; a dificuldade de superar a luta econômica em direção à luta política , no sentido de uma política hegemônica articulada a outros movimentos sociais do campo popular .
- 4) As dificuldades da política de formação da Ecosol (CFES) na construção de uma Rede nacional de Educadores,tendo como princípio e prática a Pedagogia da Autogestão.Essa possibilidade e potencial da ecosol ,depende dos EES com uma dinâmica democrática com base na autogestão e articulados em Redes solidarias integradas .
- 5) O caráter (ainda) parcial , fragmentado e descontinuo das Políticas Publicas da ecosol (com 16 anos de governo),o que traz consequências estratégicas para as políticas da ecosol ,tais como:
Produção,comercialização,finanças,educação e assessoria técnica.
- 6) Concluindo:
= sem mudanças de caráter estrutural na formação social brasileira,a ecosol não tem condições de desenvolver PLENAMENTE suas possibilidades emancipatorias que apontam enquanto tendências e latências para um novo modo de produção, o que MARINI chamou de “Brasil Socialista”.
=na perspectiva traçada por Meszaros sobre o metabolismo Social ,composto por ESTADO, CAPITAL e TRABALHO ASSALARIADO, o trabalho associado-autogerido (ainda) ocupa um papel e peso marginais na sociedade brasileira.

Bibliografia:

SITE de Rui Mauro Marini . Escritos. Disponível em : www.marini-escritos.unam.mx

Rui Mauro Marini : “Dialéctica de la Dependencia”. Serie popular Era. México. 1974

===: “ La dialectique de la dépendence”.Critiques de l’Économie Politique. Revue trimestrielle octobre-décembre 1973.

===: “ Subdesarrollo y Revolución”. Siglo XXI. México. 1969

===: “sous-développement et révolution em Amérique latine”. Cahiers François Maspero. Paris. 1972

===; “Subdesenvolvimento e revolução”. Editora Insular. Florianópolis. 2012

===: “El reformismo y la contrarrevolucion . Estudios sobre Chile”.Serie popular Era. México. 1976

===:"La lucha pela democracia em America Latina".Cuadernos Politicos.Ediciones ERA.México.1985

===: " A luta pela democracia".in, Pensamento Critico latino-americano.n.1.expressão popular/Clacso.2008

===: "A América Latina e os Desafios da Globalização. Ensaios dedicados a Rui Mauro Marini". (coord. Emir sader e T.dos santos).Boitempo/Puc.rio. 2009

====: "América Latina: dependência e integração".São Paulo.Brasil Urgente.1992

====Marini / Millían (orgs):"La teoria social latinoamericana" .4 tomos.México.Ed.El Caballito. 1994-1995-1996.

===: "R.M.Marini.Vida e Obra".expressão popular.(orgs.R.Traspadini e J.P.Stedile).2005

===: "R.M.Marini. Dialética da dependência. Uma antologia da obra de R.M.Marini.(org. Emir Sader).Vozes/LPP/Clacso. 2000

===: "La politica econômica del gobierno de la Unidad Popular o la expression. De la hegemonia pequeno-burguesa em el processo chileno".in, "?Por que cayó Allende ? Autopsia del gobierno popular chileno".R.Alonso editor. Buenos Aires.1974

===:Tendencias da globalização capitalista".Revista Praga.estudos marxistas.numero 3.1997

===:"A luta pela democracia".Cadernos Pensamiento Critico Latino-Americano.numero 1.Clacso/Exp Popular.2008

Los Retos de La Globalizacion,ensyos em homenaje a Theotonio dos Santos (2 tomos).Unesco Caracas.1998

Martins, Eduardo Carlos: Globalização,Dependencia e Neoliberalismo na América Latina"Boitempo.2011

Luce ,Mathias/Ferreira,Carla/Osorio,Jaime (orgs.): "padrão de reprodução Do Capital".Boitempo.2012.

Lafaiete Santos Neves (org.)."Desenvolvimento e Dependencia.Atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini".Editora CRV .Curitiba.2012

Valencia, Adrián Sotelo: "América Latina: de crisis y paradigmas. La teoria de La dependência em El siglo XXI". UNAM, PyV editores.2005.

Osório, Jaime: "O Estado no centro da Mundialização".Outras expressões.2014.

Traspadini, Roberta: "A teoria da (inter)dependência de FHC".Outras Expressões.2014.

"Constituinte e Democracia no Brasil Hoje".Brasiliense.1985

Pedrosa, Mario: "Sobre o PT".Ched editorial.1980

"Margem Esquerda, ensaios marxistas",numero 22.Boitempo.2013

"Margem Esquerda, ensaios marxistas", numero 23.Boitempo.2014

“ Le Chili sous Allende” présenté par Alain Joxe.collection archives.Gallimard/Julliard.1974

“Chili.L”Affrontement de Classes 1970-1973”.CEDETIM.Paris.1973

“El golpe de Estado en Chile”.fce.México.1975

Salvador Allende: “Nuestro Camino al Socialismo- la via chilena”.(selección de Joan E. Garcés).ediciones Papiro.Buenos Aires.1973

Raul Villa (Eder Sader): “Le Chili entre l légalité bourgeoise et la révolution socialiste”.Les Temps Modernes.Paris.Mai 1972.

Eder Sader: “Um rumor de botas”.editora polis.1982

Juan E. Garcés: “El Estado y los problemas tácticos em el Gobierno de Allende”.siglo veintiuno. 1974

Revista “Teoria e Pratica” , numero especial sobre Chile. 1976

Claudio Nascimento: “As cartas chilenas de Mario Pedrosa”.disponivel em www.claudioautogestao.com.br.

====:” Meszáros , o sistema communal de autogestão”.In= www.claudioautogestão.com.br

Linera,A.Garcia: “La construcción Del Estado”.SIL/Fuba.Buenos Aires.2010.

Lowy,M./Gonzalez.S: “Apuntes para El socialismo Del siglo XXI”.in= <http://marxismo critico.co>-2012

Hare,G/Sperber: “Introduction à Antonio Gramsci”.La Découverte.Paris.2013

Porto Alegre, Um de Outubro 2015.